

ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 13-11-2019.

Aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Hamilton Sossmeier, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Professor Wambert e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, a Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Aldacir Oliboni, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 218/19 (Processo nº 0485/19), de autoria de José Freitas; o Projeto de Resolução nº 051/19 (Processo nº 0532/19), de autoria de Reginaldo Pujol. Também, foi apregoado o Ofício nº 953/19, do Prefeito, encaminhando Mensagem Retificativa ao Projeto de Lei do Executivo nº 021/19 (Processo nº 0525/19). Durante a sessão, foram aprovadas as Atas da Quinquagésima Oitava, Quinquagésima Nona, Sexagésima, Sexagésima Primeira, Sexagésima Segunda, Sexagésima Terceira, Sexagésima Quarta, Sexagésima Quinta, Sexagésima Sexta, Sexagésima Sétima, Sexagésima Oitava, Sexagésima Nona, Septuagésima, Septuagésima Primeira, Septuagésima Segunda, Septuagésima Terceira, Septuagésima Quarta e Septuagésima Quinta Sessões Ordinárias. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Adeli Sell, Professor Wambert, Prof. Alex Fraga, Cláudio Conceição, Airto Ferronato, Engº Comassetto, Valter Nagelstein e Comandante Nádia. Às quinze horas e cinco minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foram apregoados Requerimentos de autoria de Luciano Marcantônio e Prof. Alex Fraga, solicitando a retirada de tramitação das Emendas nºs 04 e 225, respectivamente, apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 021/19 (Processo nº 0525/19). Foram aprovadas solicitações do Prefeito, constante nos Ofícios nºs 951 e 952/19, de retirada de tramitação, respectivamente, do Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 011/17 e do Projeto de Lei do Executivo nº 014/17 (Processos nºs 2261 e 2034/17, respectivamente). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mônica Leal, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 019/19 (Processo nº 0489/19), por trinta votos SIM e dois votos NÃO, após ser discutido por Mendes Ribeiro, Idenir Cecchim, Cassiá Carpes, Felipe Camozzato, Roberto Robaina, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Engº Comassetto, Karen Santos, João Bosco Vaz, Moisés Barboza, Paulinho Motorista, Professor Wambert, Mônica Leal e Luciano

Marcantônio, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Roberto Robaina e Valter Nagelstein e Não Felipe Camozzato e Ricardo Gomes. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e trinta e três minutos às dezesseis horas e trinta e sete minutos. Foi apregoado o Projeto de Lei do Legislativo nº 239/19 (Processo nº 0544/19), de autoria de Cláudio Janta. Foi apregoado Requerimento de autoria de José Freitas, deferido pela Presidente, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 04 e para a Subemenda nº 01 aposta à Emenda nº 04, apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 012/19 (Processo nº 0443/19). Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 012/19 (Processo nº 0443/19), o qual, após ser discutido por Marcelo Sgarbossa, teve sua discussão suspensa em face da inexistência de quórum deliberativo. Foi votado Requerimento verbal formulado por Cassio Trogildo, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia, o qual obteve dezessete votos SIM, em votação nominal solicitada por Prof. Alex Fraga, tendo votado Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Paulo Brum, Professor Wambert e Reginaldo Pujol, votação essa declarada nula pela Presidente em face da inexistência de quórum. Às dezesseis horas e cinquenta e dois minutos, em face da inexistência de quórum deliberativo, foi encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Resolução nº 044/19; em 2ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 141, 217, 226 e 229/19. Durante a sessão, Felipe Camozzato, Ricardo Gomes, Valter Nagelstein, Mauro Pinheiro, Idenir Cecchim, Comandante Nádia, Airto Ferronato, Cassio Trogildo e Mendes Ribeiro manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Também, foi registrada a presença de Helen Machado, Diretora-Presidente da Companhia Carris Porto-Alegrense. Às dezesseis horas e cinquenta e três minutos, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell, Mônica Leal e Mendes Ribeiro e secretariados por Alvoni Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação as Atas disponíveis nas Pastas Públicas do correio eletrônico: Atas da 58ª a 75ª Sessões Ordinárias. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADAS.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Vereadora Mônica Leal; colegas vereadoras e vereadores; senhoras e senhores. Obrigado, Ver. Sgarbossa, nosso líder, e Vereadores Oliboni e Comassetto. Nós, do Partido dos Trabalhadores, há bastante tempo, temos levantado preocupações sobre a questão da regularização fundiária em Porto Alegre. Hoje - não é em boa hora, mas em boníssima hora -, Ver. Luciano Marcantônio, que preside a Comissão dos prédios e espaços abandonados, e eu, que sou o relator dessa Comissão, tivemos a gratíssima satisfação de receber o relatório do Instituto de Previdência Estadual – IPE, que nos trouxe um diagnóstico com todos os elementos dos locais em Porto Alegre, onde temos grandes possibilidades de fazer a regularização fundiária, e a inoperância da municipalidade é brutal. E, para complicar, o governo do Estado arruma mais um rolo, fazendo com que esses espaços do IPERGS passem para a Secretaria de Obras Públicas do Estado. Vou citar alguns casos: a Vila Ipê, na Zona Norte, Ver. Roberto Robaina, Ipê-São Borja. Nós poderíamos, imediatamente, fazer a regularização. Outro problema: a Prefeitura deveria resolver o problema do Ipê 1 e Ipê 2, porque, com a legislação federal recentemente aprovada, temos condições de fazer a passagem das escrituras para todos os moradores da Ipê 1, Ipê 2. Eu estou levantando isso em primeiríssima mão, porque, hoje, a responsável pelo Ipê trouxe todas essas informações. E digo mais, Mauro Pinheiro, na assessoria da comissão especial esse documento está à disposição antes, inclusive, de eu fazer o relatório, se for necessário, porque eu acho importantíssima, Ver. Ferronato, essa questão que aqui coloco.

Agora, não posso deixar, Ver. Marcelo Sgarbossa, de colocar aqui uma questão que considero fundamental, que é o tema da limpeza pública em Porto Alegre. Hoje, o Centro Histórico de Porto Alegre, assim como em alguns bairros, eu cito aqui regiões do Bom Fim, regiões do Menino Deus e regiões da Cidade Baixa, a situação é completamente caótica, catastrófica, inaceitável. Não há um trabalho de educação ambiental, a Prefeitura abdicou completamente de sua função. Os contêineres continuam os mesmos, os avôs, os bisavôs dos contêineres. Lá em Caxias do Sul, há contêineres com boca-de-lobo, em que você coloca o lixo, não retira e os galpões de reciclagem têm condições de ter um aporte bem razoável, e isso precisa continuar. Nós também queremos saber sobre a situação de algumas praças e alguns parques de Porto Alegre. Nós queremos saber como ficará a Praça da Matriz, hoje completamente detonada, há promessas reiteradas de que será arrumada, que haverá alguém que adotará, no entanto, tudo continua igual a antes. São algumas questões que eu apporto aqui, para que a gente possa discutir.

Agora já vou apontar para o final da minha intervenção, duas coisas básicas sobre as quais nós vamos tratar hoje à tarde. A primeira delas é o trabalho, a profissão do guardador de automóvel. A nossa posição, todos já sabem: projeto inconstitucional, votaremos contra. Depois, nós nos debruçaremos sobre a tentativa de colocar a mão nos fundos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sr. Presidente, colegas vereadores, é sabido por todos que, desde que fui candidato a prefeito de Porto Alegre, uma das pautas em que eu tenho investido, uma das preocupações e causas que tomam meu tempo é a mobilidade urbana na nossa cidade. Todos sabem as críticas que eu faço à EPTC, ao que ela representa e ao modelo, esse modelo absolutamente em desacordo com as instituições constitucionais e o direito público brasileiro. Pois bem, Presidente, hoje eu marquei uma reunião com o secretário Rodrigo Mata Tortoriello, para conversar com ele. E o que eu encontrei não foi o secretário do Município, foi o presidente do sindicato dos azuizinhos. O prefeito Nelson Marchezan colocou um “poste” como secretário de mobilidade urbana, Ver. Mauro Pinheiro, líder do governo, botou um tecnocrata incompetente, inábil como secretário de mobilidade urbana de Porto Alegre, que nós aceitamos com certa perplexão trazer um homem de tão longe para ser secretário de uma cidade onde ele nunca tinha estado, onde ele não conhece nada, e a gente deu crédito de confiança, demos credibilidade. Hoje eu tive uma reunião com ele, vereadores, e fui dizer algumas coisas, as minhas percepções sobre a mobilidade de Porto Alegre. A primeira coisa que ele faz, ele abre um vídeo do Jornal do Almoço dizendo que as pessoas cometem infrações. Eu fui elegante, mas eu quase perguntei para ele: “O senhor aprendeu isso sozinho ou alguém lhe contou que as pessoas cometem infrações?” Um dia como agente que eu fiz na EPTC... E aí ele me sai com essa, vereadores. Quando eu começo a criticar a postura dos agentes de trânsito de Porto Alegre, ele me sai com esta: “É, mas os vereadores erram também, deputados também erram”. Então vejam o nível intelectual! Vejam o nível desse secretário! Essa era a resposta que ele tinha que me dar. Os agentes de trânsito erram, os vereadores também erram, todo mundo erra, toda profissão alguém erra, um clichê, um senso comum de um homem que não sabe o que está fazendo, não sabe onde está. Sr. Secretário, há muitas coisas, espero que alguém narre, tem a assessoria da EPTC presente. A começar, já está errado, o gabinete do secretário de Mobilidade Urbana é dentro de uma empresa pública. O que eu ia dizer hoje, secretário, o senhor não quis me ouvir, porque o senhor estava empedernido como um poste de concreto, surdo, estava lá como arauto dos fiscais de trânsito de Porto Alegre, dos azuizinhos. O senhor trabalha para mil pessoas e não para um milhão. Sr. Secretário, o senhor está a serviço da EPTC, o senhor não está a serviço da sociedade porto-alegrense. O senhor é a pessoa errada no lugar errado! E digo isso, vereadores, como membro da base do governo, basta ver o quanto piorou o trânsito em Porto Alegre, basta ver essas faixas azuis despropositadas em locais indevidos que só tumultua o trânsito de Porto Alegre. Nós temos um incompetente, um tecnocrata inábil na Secretaria de Mobilidade Urbana. Sr. Prefeito, uma decepção! Nós demos o crédito, nós esperamos e nós vimos essa situação vergonhosa que está o trânsito de Porto Alegre. Sr. Secretário, o que eu ia dizer para o senhor hoje é que o modelo da EPTC fere a ética política e o poder fiscalizatório seja atribuído a uma empresa cuja natureza pressupõe interesse econômico. A Constituição é

muito clara, a EPTC é uma excrescência jurídica e política, também fere a ética, o direito público que a fiscalização de qualquer atividade pública fica a cargo de agentes privados e não de servidores públicos. Na profissão dos motociclistas, nós tivemos duas mil multas, e parte delas, estão dizendo, em desobediência à autoridade. Azulzinho não é autoridade, azulzinho é agente privado, em matéria de direito, azulzinho é funcionário de uma empresa, não é e nunca foi autoridade. Estão lá as multas, são multas nulas de pleno direito, quando dizem que o motociclista não obedeceu a uma autoridade.

Quero comunicar, neste último minuto que eu tenho para conclusão, que eu entrei com um projeto indicativo para que os agentes de trânsito, em Porto Alegre, usassem câmeras, que as abordagens fossem filmadas. Eu propus o problema, e eu fiz, colegas vereadores, uma emenda impositiva, comprando já 32 câmeras e 4 bases de abastecimento para que as *blitze* de Porto Alegre, colegas vereadores, a abordagem seja filmada para a segurança do cidadão, para a transparência, e para que todos nós saibamos o que faz o agente e o que faz também o cidadão. Serão câmeras *on-line*, que já são utilizadas em Caxias do Sul, em Gravataí, e eu fiz uma indicação, por meio de uma emenda impositiva, para que todas as *blitze* de Porto Alegre sejam filmadas a partir de agora, a partir do colete do agente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, eu subo à tribuna em tempo de liderança pelo meu partido, PSOL, mais para estimular, aquecer os ânimos nesta tarde de trabalho. Eu gostaria de fazer algumas colocações a respeito de uma conversa que tive com a Ver.^a Cláudia, hoje, pela manhã, durante a reunião de Mesa e Lideranças. Estávamos conversando sobre como andavam os nossos trabalhos nas sessões legislativas frente às urgências requeridas pela Prefeitura desta cidade. O nosso diretor legislativo, Dr. Luiz Afonso, colocava que nós ainda temos 16 projetos tramitando em regime de urgência até o final do ano, 3 deles já estão aptos a serem votados, porque já venceram os 45 dias, como determina a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, e outros 13 até o final do ano de 2019. A Ver.^a Cláudia se mostrou muito preocupada com relação ao trabalho que nós devemos desempenhar, pois temos muitos projetos que precisam ser votados, projetos nossos, do Legislativo, que têm como primeira atribuição a elaboração de leis para o Município de Porto Alegre. É por isso que esta é uma Casa Legislativa, nós propomos e votamos leis. O problema é que, nunca antes no Município de Porto Alegre, uma Prefeitura usou da nossa lei municipal para impor ao Legislativo, a esta Casa, tantos projetos tramitando em regime de urgência, alguns deles sem a menor necessidade dessa determinação. E isso trava os nossos trabalhos. Isso fere um dos princípios constitucionais estabelecidos no artigo 2º da Constituição Federal, que é a independência dos poderes. Se os poderes são independentes, tal atitude fere um princípio constitucional que deveria ser

respeitado para manter o que também determina o artigo 2º, que é a harmonia entre os poderes. Os poderes são independentes e harmoniosos entre si. Eis que, numa atitude adolescente do prefeito - adolescente, porque isso não é maduro - colocar mais de 20 projetos este ano em regime de urgência, trava nossos trabalhos. Portanto, não podemos votar matérias desta Casa Legislativa, porque o prefeito não quer. O prefeito não quer permitir o nosso trabalho. E projetos sem a menor necessidade foram colocados em regime de tramitação de urgência justamente como implicância. Eu sugiro aos vereadores e às vereadoras que permitam que o prefeito repense as suas atitudes. E a minha sugestão é simples: que nós comecemos as sessões ordinárias, interrompamos elas depois da Tribuna Popular, Período de Comunicações, Grande Expediente e Pauta, retiremos o quórum na hora da Ordem do Dia, e abramos sessões extraordinárias, para votarmos matérias desta Casa Legislativa. Enquanto o prefeito não tomar jeito e respeitar o parlamento do Município de Porto Alegre, que nós não votemos nenhum projeto em regime de urgência, pois, ou ele leva a sério o regramento municipal ou derrubemos as sessões ordinárias e abrimos...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): ...Se ele não respeitar esta Casa Legislativa, sugiro que vocês, vereadores e vereadoras, analisem, coloquem a mão na consciência e deem um recado singelo para o prefeito: derrubar a ordinária, abrir sessão extraordinária, para que nós possamos votar as nossas matérias, os nossos projetos, os projetos das comissões que, também, são importantes para esta cidade e que não estão e não devem estar à mercê das vontades do reizinho de Porto Alegre. Essa é a minha sugestão.

Vamos começar a exercer o que determina o art. 2º, a independência do Poder Legislativo Municipal, e não vamos ficar reféns das vontades daquele menino, daquele adolescente cheio de vontades, de manias e que submete esta Casa a suas vontades. Um abraço e boa tarde de trabalho.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Conceição está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (DEM): Boa tarde, Presidente Mônica, boa tarde Srs. Vereadores e àqueles que se fazem presentes no Plenário e aos que nos ouvem pela TVCâmara. Eu não poderia deixar passar esse momento tão importante, quando, hoje, a polícia civil e toda área de segurança pública começam um período de greve para manifestar a sua indignação com relação ao pacote que o governo Leite está estabelecendo para retirada de direitos adquiridos, no tocando a conquistas já

estabelecidas. Ora, nós precisamos menção e separação, precisamos diferenciar algumas classes profissionais, a polícia e os policiais que colocam a sua vida em risco e que saem de manhã sem saber se voltam a tarde. Estão trabalhando, combatendo o crime diuturnamente e recebendo, muitas vezes, dois meses depois. Isso é uma indignidade, isso é uma falta de respeito, e nós não podemos - como parlamentar vindo da carreira policial, 25 anos de polícia - fechar os olhos, tampouco os ouvidos em relação ao clamor que vem dos nossos colegas.

No final de semana passado, em Gramado, os policiais, investidos de autoridade, impediram um sequestro e foram atacados violentamente por armas de grosso calibre. Dois policiais foram atropelados e um desses policiais correndo risco de vida, com nove costelas quebradas, e o IPERGS – Instituto de Previdência do Estado – não respaldou para que esse policial, no pleno exercício da sua função, que trabalhou colocando a sua vida em risco, não tinha recebido o salário do mês, e o IPERGS não deu o respaldo para que aquela platina pudesse ser colocada no lugar das nove costelas, levando esse policial à possibilidade de ter infecção hospitalar. Ora, é essa a realidade que os policiais e os agentes da segurança do Estado do Rio Grande do Sul vivem em relação ao governo. O senhor governador que se elegeu assumindo um compromisso de mudança, de melhoria, dizendo que seria melhor do que o governo Sartori, que também nos castigou, e agora a emenda saiu pior do que o soneto.

Venho a esta tribuna para manifestar o meu apoio total aos colegas da polícia e da segurança pública e não vou me calar mesmo que o meu partido esteja na base do governo! Nós não podemos fechar os olhos! Porque vereador, político eu estou; e policial eu sou! E se amanhã eu não estiver aqui, eu voltarei para o lugar de onde vim.

Então, quero somar, nesta tarde, a minha fala, o meu apoio aos colegas da polícia que estão na frente do Palácio da Polícia. Hoje todas as delegacias estão paradas, paralisadas para chamar a atenção para que o governo possa repensar e voltar atrás, porque esse ataque à segurança pública é um ataque direto à população, pois os policiais não vão ter condições de prestar um serviço como, de fato, deveriam e estão fazendo, mesmo recebendo com dois meses de atraso. Eu queria manifestar o meu posicionamento em apoio total aos colegas da segurança pública, Brigada Militar, Polícia Civil e agentes penitenciários. Muito obrigado. Que Deus os abençoe.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Minha cara presidente Mônica, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores que estão conosco nesta tarde, eu estou aqui para dar coro à manifestação do Ver. Cláudio Conceição e dizer que o acompanhamento e sou servidor público como V. Exa. há mais de 45 anos, e nós estamos vivendo um momento em que os crucificados por todas as mazelas do nosso País é o servidor público. O governador do Estado, no dia de hoje, encaminha um

projeto que propõe reformas – assim como lá em Brasília está acontecendo –, algumas necessárias. Agora o que não está correto é impor toda a pena, toda a punição em cima do servidor público, Ver. Conceição. Meu apoio aos servidores da segurança pública, aos professores, aos servidores da saúde e a todo o servidor público do Estado do Rio Grande do Sul. Estava acompanhando os primeiros debates sobre o tema agora ao meio-dia, e deputados da situação diziam que na verdade é preciso conter gastos. Está certo, contemos gastos, esses gastos todos arcados pelo servidor público, num tamanho aproximado de R\$ 25 bilhões em dez anos. Também o partido faz parte da base do governo Leite, agora, é o seguinte, não é possível que entra governo e sai governo e não se fala em redução nos benefícios fiscais. Está-se dando dois, três, quatro bilhões por ano de benefícios fiscais a empresas e grupos que não precisam, e está se retirando de servidores da saúde, da educação, da segurança. Portanto, a nossa posição é de que estes projetos encaminhados pelo Governo do Estado, precisam e deverão receber uma discussão muito profunda, para que não se cometa injustiça. E vou repetir, vamos compartilhar também busca de recursos com benefícios fiscais, repito, a quem não precisa: sanguessugas da economia gaúcha. Enquanto têm os benefícios, eles ficam no Estado, terminado o benefício, seis meses depois, vão embora, e esta é a história que aconteceu nos últimos anos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para uma Comunicação do Líder, pela oposição.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Sra. Presidente, Ver^a. Mônica Leal, meus colegas vereadores, vereadoras, senhoras e senhores que nos dão o prazer da sua visita nas galerias, todos aqueles e todas aquelas que nos assistem na TVCâmara; venho aqui em nome das bancadas de oposição, e continuar o tema aqui, Ver. Aírto Ferronato, a respeito da valorização ou da desvalorização do funcionalismo público no Estado do Rio Grande do Sul, no município de Porto Alegre e na República Brasileira. Eu disse aqui, nesta semana, que os governos encontraram os culpados pela ineficiência administrativa, os governos do Município, do Estado e da União encontraram os responsáveis pela falta de gestão pública e de projetos, que são os ocupantes do governo que lá estão, e o Ver. Conceição, o Ver. Ferronato, que me antecederam, a Ver.^a Nádia, que aqui está, e outros vereadores que são funcionários públicos estão sentindo na carne o desmonte das políticas públicas estaduais. Esse debate, nós temos que fazer na política.

Eu quero dizer aqui que o governador Tarso Genro, quando governou o Estado do Rio Grande do Sul, construiu uma política de valorização, a maior e melhor política de valorização do funcionalismo público, Ver. Conceição e Ver.^a Nádia, dos trabalhadores da segurança, que deu reajuste, construiu a política, deixou amarrado, e, hoje, a vereadora Nádia, na época, no dia 20 de outubro de 2012, sob o governo Tarso Genro, sob a secretária Márcia Santana, que naquela época era da Secretaria das

Mulheres, assumiu a coordenação da política Maria da Penha em Porto Alegre, sempre respeitada pelo governo e pelas suas equipes, valorizando e investindo na segurança pública. Naquele momento, na implantação da Patrulha Maria da Penha, que começou pela Lomba do Pinheiro, junto com isso veio um conjunto de ações de valorização do funcionalismo público da segurança no Rio Grande do Sul; e nós debatíamos muito aqui. O que eu estou afirmando aqui eu afirmava naquela época, mas existia muita contradição. Agora, Ver. Conceição, o senhor, como funcionário público da segurança, que apoiou e apoia o governo que aqui está, tem que vir aqui, fazer uma autocrítica e dizer: “Esse é o meu governador que está destruindo e desconstituindo o funcionalismo público do Estado do Rio Grande do Sul”.

Aqui é uma Casa política, nós não podemos nos furtar, nós não podemos deixar de assumir as posturas que cada um deve ter e que, quando está no governo, tem que assumir essa responsabilidade. Se quiser criticar, pode vir criticar, mas também tem que fazer a autocrítica junto. Nesse sentido, Sra. Presidente, nós convidamos todos os vereadores e vereadoras aqui presentes para assinar uma moção que estamos apresentando, moção de repúdio contra o projeto de alteração no plano de carreira do magistério, da segurança pública, da saúde e assim por diante, para que nós possamos fazer um debate mais aprofundado aqui nesta Casa. Essa é a palavra, neste momento, da bancada de oposição. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Eu agradeço aos vereadores Mendes Ribeiro, Lourdes e Nádia. Havia pedido ao líder Cecchim, que me pediu que nós aguardássemos para ver uma questão, mas me parece que está encerrando o tempo de lideranças. Para não perdermos esta oportunidade, então, eu venho à tribuna, Sra. Presidente e Srs. Vereadores, para compartilhar com os ilustres colegas uma moção que nós estamos assinando. Na verdade, eu queria pedir a assinatura de todos os vereadores que, de livre consciência, acreditam que é preciso nós aclararmos essa questão e que o protagonismo disso se dá no Legislativo. (Lê.) “Sra. Presidente, com fulcro no art. 95 do Regimento deste Legislativo e no § 55 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, venho requerer a V. Exa. que, após os trâmites regimentais nesta Casa Legislativa, seja encaminhada a presente moção de apoio à alteração da Constituição Federal em razão da prisão de condenados em segunda instância dirigida ao presidente da Câmara dos Deputados e ao presidente do Senado Federal. Justificativa: a presente moção de apoio dirige-se à Câmara de Deputados e ao Senado com a pretensão dos cidadãos do município de Porto Alegre, aqui representados pelos vereadores que a subscrevem, que, por consequência, são igualmente eleitores de seus representantes no âmbito federal, anseiam pelo remédio constitucional, capaz de normalizar, do ponto de vista jurídico, a possibilidade de prisão após a condenação em

segunda instância, diante da retrógrada decisão que dividiu o Poder Judiciário e que fez retornar o atraso e livrar do cárcere condenados pela justiça, fazendo perpetuar a impunidade. Hoje, mais do que nunca, é necessário que o povo tenha sua voz colocada alto e bom som na boca de seus representantes federais, ecoando a vontade estrita da legalidade e da normalidade do cumprimento das decisões judiciais, que pugnam pela execução das penas a partir da condenação em segunda instância, consoante que para se coadunar com a juridicidade exposta na Constituição Federal deve a mesma ser alterada a fim de recepcionar, de uma vez por todas, esse entendimento que foi recentemente cassado pelo Supremo Tribunal Federal, trazendo à luz, com essa alteração, inequívoca e soberanamente, a vontade popular. Em nosso sentir, o desejo do constituinte nunca foi o de permitir que escorado em legislação infraconstitucional, pudesse um criminoso encontrar em infundáveis recursos processuais e na morosidade do Judiciário a impunidade. Clamamos para que os nobres deputados e senadores atuem com coragem, denodo, sem esmorecimento, na busca de um fim em que todos anseiam, para recolocar o País no caminho pelo qual transitam todas as nações do mundo civilizado, garantindo a ordem e a segurança, evitando injustiças, sim, mas prevenindo a impunidade também.” Esta é a Moção que nós estamos encaminhando, e eu quero solicitar a assinatura de todos os Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras que desejam ver um País onde a impunidade não seja a regra, mas que haja o devido processo legal e que se assegure, de fato, que não haja injustiças. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (MDB): Boa tarde, Ver.^a Mônica Leal; colegas vereadores, público que nos assiste aqui na Câmara e o público via TVCâmara. Primeiro, quero agradecer ao Ver. Comassetto a oportunidade de vir a esta tribuna falar sobre uma pauta que tanto me é cara, a Patrulha Maria da Penha. Dentro desse contexto, sempre é importante que nós possamos deixar bem claras as coisas que aconteceram, que as verdades sejam ditas na sua integralidade. Quero dizer que eu não trabalhava no governo Tarso Genro. Como boa brigadiana, como boa oficial da Brigada Militar, a Brigada Militar não tem viés, não tem olhares, trabalha para todos, independentemente do governo, a Brigada Militar é de Estado. E isso é importante que se diga, a Brigada Militar, Ver. Mônica, está ali para cuidar de todos, independentemente do governo e do partido que esse governador se apresenta. E à época do governador Tarso Genro, eu era comandante de um batalhão, do 19º Batalhão de Polícia Militar, que fica localizado na Aparício Borges com jurisdição da Lomba do Pinheiro, do Campo da Tuca, do Morro da Polícia, do Morro da Cruz, da Cachorro Sentado, de toda a Bento Gonçalves, toda a Lomba do Pinheiro. O Ver. Moisés conhece bem a área, muito conflagrada em crimes, em tráfico e homicídio. Eu trazia a experiência da Patrulha Maria da Penha do interior do Estado, lá de Estrela, onde

também fui comandante - a primeira mulher a comandar um batalhão no nosso Estado -, e lá a nossa Patrulha Maria da Penha se chamava Operação Família em Paz. Quando a Secretaria de Segurança, o Comandante-Geral, o Chefe de Polícia, conheceram o trabalho, nós fomos convidados para também colocar esse mesmo trabalho em Porto Alegre. Aqui falo no nome da delegada Nadine que, à época - hoje é nossa Chefe de Polícia, primeira mulher chefiando a Polícia Civil do Estado -, era a delegada da Especializada de Atendimento à Mulher, da DEAM, responsável por todas as DEAMs. Então teve também um trabalho muito profícuo na construção da Patrulha Maria da Penha, que é da Brigada Militar, que não é do governador Tarso Genro, e isso é importante dizer; e ela hoje continua, porque a Brigada Militar tem este olhar para com a condução e a proteção das mulheres que são vítimas de violência doméstica. Importante dizer que, no dia 20 de outubro de 2012, foram lançadas, sim, lá no CAR, à época, da Lomba do Pinheiro, três Patrulhas Maria da Penha, que atenderiam o Centro, a área do 19º Batalhão e o 11º.

Dali em diante, foram sendo colocadas novas patrulhas e, por certo, que elas foram muito bem-sucedidas, porque nós temos, ainda, policiais militares que trabalham capacitados no atendimento a mulheres vítimas. Quanto ao aumento dado pelo governador Tarso Genro, vamos deixar claro também que foi no apagar das luzes, logo no final do seu último ano, quando, em outubro, perdeu as eleições, e o governador Sartori honrou com o pagamento que o governador Tarso tinha deixado para que ele pagasse, Ver. Paulo Brum. Então, fica muito engraçado, eu estou saindo, já perdi uma eleição, mas eu dou aumento para que o novo governador possa honrar e fazer o pagamento, conforme essa determinação. E o governador Sartori honrou com o pagamento, sim, aos policiais militares, policiais civis. E venho aqui, nesta tribuna, dizer da importância dos nossos policiais militares, dos nossos policiais civis, no dia a dia, combatendo a criminalidade, defendendo a população gaúcha, que, com a derrocada da segunda instância, nos deixa mais frágeis, assim como os ordenadores do direito – juízes, promotores...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (MDB): ...de primeira e segunda instância que trabalham e cujos trabalhos, infelizmente, serão jogados na lata do lixo, pois seis ministros do STF entendem que o réu, mesmo que condenado em duas instâncias, ele ainda pode ser considerado inocente e, somente depois do trânsito em julgado, ele será preso. Uma decepção para todos os brasileiros, principalmente, para aqueles que tanto pedem a segurança, que é o que acontece também aqui no Município com a nossa Guarda Municipal fazendo a segurança de todos os municípios.

Então, eu só gostaria de utilizar este momento, exatamente, para dizer que a Patrulha Maria da Penha iniciou em 2012 pela Brigada Militar e continua ainda pela

Brigada Militar, fazendo o seu melhor, pois tem homens e mulheres que são devotos à proteção das mulheres vítimas. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 15h05min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Apregoo e defiro Requerimento de autoria do Ver. Luciano Marcantônio, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 04 ao PLE nº 021/19.

Apregoo e defiro Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 255 ao PLE nº 021/19.

Em votação o Requerimento de autoria do prefeito municipal Nelson Marchezan Júnior, solicitando a retirada de tramitação do PELO nº 011/17, conforme Of. nº 951/GP. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento de autoria do prefeito municipal Nelson Marchezan Júnior, solicitando a retirada de tramitação do PLE nº 014/17, conforme Of. nº 952/GP. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Solicito às lideranças que se aproximem da Mesa. (Pausa.)

Em votação Requerimento de autoria das lideranças solicitando a alteração da ordem de priorização para que possamos passar, imediatamente, à discussão e votação do PLE nº 019/19. Após retornamos à ordem normal. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0489/19 – PROJETO LEI DO EXECUTIVO Nº 019/19, que autoriza a Companhia Carris Porto-Alegrense (Carris) a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal, com a garantia do Poder Executivo Municipal, até o valor de R\$ 40.900.000,00 (quarenta milhões e novecentos mil reais) e dá outras providências.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Ricardo Gomes: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 122, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 11-11-19 por força do art. 95 da LOM;
- discutiram a matéria os Vereadores Prof. Alex Fraga, Adeli Sell, Valter Nagelstein, Ricardo Gomes e Cassio Trogildo em 11-11-19.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLE nº 019/19. (Pausa.). O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB): Boa tarde, Presidente Mônica Leal, colegas vereadores, público que nos acompanha aqui nas galerias, este projeto é extremamente importante porque afeta as contas da Carris e também afeta uma grande parte da população de Porto Alegre que usa o transporte coletivo para as suas tarefas diárias.

Nós temos uma pergunta que não pode ficar no ar, eu, como integrante da base, nunca tive essa resposta do governo: o governo quer vender, quer privatizar ou não a Carris? Se quer privatizar, eu acho um grande erro essa compra de 85 veículos novos para melhorar a frota, porque se vai privatizar, não tem lógica o poder público comprar os ônibus 20, 30, 40% mais caros e vender a companhia para quem pode arcar com esse custo, pode comprar, investir, com um preço muito mais abaixo do que é com o poder público. Se não quer vender, também é um projeto de extrema importância, porque nós não podemos deixar a população desassistida. Em quanto impactaria na população 85 novos ônibus, que, pela lei dos 12 anos, tem que ter a sua frota renovada, tirada de circulação. Pois bem, se não quer vender a Carris, eu vou votar favoravelmente ao projeto, porque as pessoas não podem pagar o preço, a população vem na frente de tudo. Claro que a economia é importante, os recursos públicos são extremamente importantes, mas a gente trabalha também para 1,5 milhão de habitantes, e a população tem que vir sempre em primeiro lugar. Agora, se quiserem vender a Carris, nós vamos pensar em como vamos votar esse projeto. Era isso o que eu queria manifestar. Uma boa tarde, um bom trabalho.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLE nº 019/19.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, pessoal que está nas galerias, eu acho que esse tipo de discussão sobre empréstimo para comprar ônibus novo, nós temos que olhar para um lado mais importante, que é o da população. Se nós tivermos 87 ônibus novos, nós vamos atender melhor a população. Se nós não comprarmos, além de não servir à população, nós vamos deixar sem ônibus algumas regiões da cidade, e vamos perder

essas linhas para outras empresas, porque o cidadão de Porto Alegre não pode ficar a pé na hora de ir trabalhar e precisa ter ônibus de qualidade. Nós temos uma lei que define quantos anos o ônibus pode rodar, e é disso que nós estamos tratando: de repor ônibus com qualidade, para a população ter qualidade de transporte. Nós queremos que os colegas entendam. Muitos estão falando que vai ter um passivo; não, vai ter uma dívida, mas serão ônibus novos, necessários, para não se perder as linhas, para não haver prejuízo maior, para diminuir o custo de manutenção. Será uma enorme diminuição de custos de manutenção, porque os ônibus serão novos, estarão na garantia por alguns anos.

Então eu queria pedir aos colegas para terem esse tipo de atenção: não deixar a população sem ônibus. Primeiro, a Carris não pode perder essas linhas de ônibus, se não ela acaba não valendo nada mesmo! Começa a tirar, tirar, tirar linha da Carris, alguém vai assumir isso. Espaço a gente não entrega, a gente ocupa, e a Carris tem esse espaço através do trabalho, da competência dos seus funcionários e precisa manter as linhas com ônibus de qualidade. Por isso nós vamos votar a favor do pedido de empréstimo da Carris. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLE nº 019/19.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudar a Ver.^a Mônica Leal, comandando os trabalhos; vereadoras, vereadores. Este projeto de R\$ 40,9 milhões vem para Casa para fortalecermos a Carris. Não posso falar aqui se vão privatizar ou não, até porque, se for privatizar, Ver. Mendes Ribeiro, tem que vir para esta Casa, somos nós que vamos autorizar ou não a privatização da Carris. Não deve ter dúvida!

O Ver. Prof. Alex Fraga que estava aqui na outra oportunidade, queria dizer a ele que lá trás, no meu primeiro mandato, em 2000, eu já pedia que colocassem ar condicionado nos ônibus, não puderam, solicitei que colocassem cortinas, o nosso verão é muito forte. Este projeto vem qualificar os ônibus de Porto Alegre, e é por isso que vou votar. Agora, se for privatizar, é outro papo que eu não vou entrar nesse papo agora aqui porque nós não estamos tratando de privatização, estamos tratando de qualificação e compra de ônibus para dar mais e melhores condições para a população de Porto Alegre. Se o líder do governo vier aqui e disser que depois disso vão privatizar, bom, aí não temos como votar. Se for para privatização, terá que vir para este plenário, os vereadores têm prerrogativa para dizer sim ou não. Mas eu não acredito que a Prefeitura vá qualificar, como está fazendo este projeto, tirando um empréstimo na Caixa Econômica Federal com a garantia do Poder Executivo, de R\$ 40,9 milhões. Então, eu vou votar a favor que é para melhorar as condições da população. A Carris é balizadora do transporte, quando ela não for mais balizadora do transporte em Porto Alegre, bom, aí a coisa fica complicada. Ela tem que se fortalecer, tem que se qualificar e tem que ser a balizadora do valor da passagem em Porto Alegre. Para que se tem a Carris em Porto

Alegre? Ela tem que ser a balizadora – as demais empresas de ônibus são privadas –, através das condições, através do valor da passagem – nesse sentido que vou votar. Eu não posso votar aqui se privatiza ou não! Eu tenho que votar o projeto que veio para a Casa, que é de qualificação dos ônibus de Porto Alegre. Aí não se trata de ideologia, se trata de qualidade para o cidadão de Porto Alegre. É nesse sentido que vou votar, Presidente. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLE nº 019/19.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Presidente Mônica, saúdo o público que nos visita aqui, na Câmara, também os nossos colegas vereadores. Saúdo também a Presidente Helen, da Carris, que hoje está aqui, junto com a sua equipe. Quero dizer sobre este projeto que eu preciso manifestar especialmente do ponto de vista ideológico e daquilo que é convicção do NOVO. Acho que hoje o que nós estamos votando é um empréstimo que basicamente vai fazer com que o cidadão de Porto Alegre tenha que se endividar, mais uma vez, por conta de uma estatal que, no passado, não foi devidamente tratada. A gestão da Helen e sua equipe tem feito um trabalho exemplar, tem conseguido fazer aí uma reversão de contas que há muito se esperava que acontecesse na nossa Carris, mas que infelizmente, veio tarde pelo acúmulo de prejuízo que nós temos nessa nossa empresa estatal, mais de seis anos de prejuízos recorrentes. Veio tarde também a contratação da consultoria para ver se como se dá o plano de desestatização, ou de privatização dessa nossa estatal. E veio tarde a ponto de fazer com que o Legislativo, hoje, tenha que fazer uma votação em roleta-russa. Por que eu digo que é uma votação em roleta-russa? Porque estamos votando aqui, hoje, com uma arma apontada em nossas cabeças, dizendo o seguinte: se a gente não aprova este projeto, basicamente estamos fazendo com que a população pague por conta de redução de frota nas ruas, redução de receita da Carris e mais dívida futura. Se a gente aprova, é mais dívida futura para contratação de frota. Nos dois lados o porto-alegrense perde; eu estou votando aqui amarrado, me sentindo com um revólver na cabeça, porque gestões passadas, inclusive a cidadania, vereadores e tudo mais não tiveram a responsabilidade de acabar com essa empresa pública no passado, de privatizar essa empresa pública no passado, de mudar o sistema de transporte como deveria no passado. E fez com que chegasse o momento presente onde, muito embora a gestão atual seja qualificada para tocar uma reversão financeira numa empresa, ela tenha que ser obrigada a fazer esse tipo de projeto.

Vereador Adeli Sell (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.)

Nós precisamos de V. Exa. não só aqui nesse plenário, mas na sociedade. Vou tentar desarmar quem está lhe colocando um revólver na cabeça e vou tentar tirar

as amarras de V. Exa, porque nós precisamos dar esse aporte nesse momento, chamar a direção da Carris, discutir a reestruturação da empresa. Eu podia fazer um grande debate aqui - usei a tribuna na vez passada –de erros que foram cometidos, mas eu também não posso esquecer de coisas muito importantes que algumas gestões fizeram. E é bom que a atual gestão esteja aqui, esteja escutando e dialogue conosco. V. Exa. fique mais calmo, mais tranquilo, porque nós vamos desarmar quem está lhe colocando uma arma na cabeça e tirar as suas amarras.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Adeli, mas eu me sinto, na verdade, permaneço amarrado. Eu não consigo conceber, numa cidade que não consegue educar minimamente suas crianças, não consegue medicar a sua população, a gente estar emprestando mais R\$ 40 milhões para uma estatal de transporte deficitária. A gente está fazendo uma escolha entre pagar funcionário em dia, ter médico no posto de saúde e manter ônibus nas ruas de uma estatal que deveria ter sido extinta. São três anos de governo Marchezan onde só houve uma sinalização agora de contratação de consultoria, no penúltimo ano, caminhando para o último ano. A gente sabe que a Carris é um problema há muito tempo, o porto-alegrense sabe que é um problema há muito tempo, e nós pouco fizemos. Aliás, a Câmara, por não ter votado ainda a revisão das isenções do transporte coletivo, fez também com que a Carris estivesse em tal situação. Então nós temos responsabilidade por não ter mexido de maneira mais profunda nas regras do nosso transporte coletivo que, no final das contas, entrega uma tarifa cara, um transporte ruim para toda a população, especialmente para a que mais precisa, que não consegue ter ônibus no horário, ônibus com ar condicionado, uma alternativa de transporte público que realmente consiga garantir que eles possam ir e vir na nossa cidade. Então é uma pena que a gente tenha que votar isso agora, nessas condições, por não termos feito no passado aquilo que deveríamos ter feito que era privatizar, extinguir essa estatal e remodelar o nosso sistema de transporte coletivo para alguma coisa que funcione e entregue um transporte, realmente, eficiente e barato para a população. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLE nº 019/19.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, Presidente Mônica, vereadores, vereadoras, trabalhadores, guardadores de automóveis e dirigentes da empresa Carris que assistem esta sessão. Nós da oposição vamos votar favoráveis a este projeto, assinado pelo Prefeito Marchezan e elaborado, imagino, pela própria direção da empresa Carris, por conta da necessidade de haver a renovação da frota da empresa, os 87 veículos que vencem, se não me engano, em maio do ano que vem. Essa é uma obrigação legal da Carris, fazer a renovação da frota, na medida em que esses coletivos vão tendo mais de 12. E a Câmara Municipal tem o dever de fazer uma

votação que permita que a Prefeitura de Porto Alegre seja avalista desse empréstimo da Carris junto à Caixa Econômica Federal. Nós vamos votar a favor, porque, de fato, nós acreditamos que é necessário a existência da Carris e somos contrários ao sucateamento da Carris. É o sucateamento da Carris o que iria ocorrer se a Câmara Municipal não desse o aval para esse empréstimo que será pago pela Carris. Nesses últimos anos, o que se tem comprovado é o oposto da tese inicial do Prefeito Marchezan. No primeiro ano, é preciso que se diga isso, no ano de 2017, a empresa Carris, praticamente, teve que funcionar contra as orientações da Prefeitura, porque era, uma semana sim e na outra também, o prefeito Marchezan dizendo que a Carris era uma empresa deficitária inevitavelmente, e que a privatização era o seu único caminho. Foram meses em que o Prefeito Marchezan, na prática, boicotava a imagem da empresa Carris. Boicotava com discurso e boicotava também com atos administrativos. Não é à toa que o prefeito Marchezan nomeou como diretor do Conselho Administrativo da Carris o empresário Michel Costa. O empresário Michel Costa fez com que a imagem da Carris fosse parar nas páginas policiais, não por causa da empresa Carris, mas por causa do envolvimento dele na fraude de meio milhão que ele promoveu no DAER e depois por conta da influência dele junto à Procempa e à operação que ele realizou junto à Carris para colocar a sua empresa, a SafeConecta, uma empresa que não só tinha ele como sócio, mas também líderes empresariais e políticos do próprio PSDB, que tentaram operar dentro da Carris, os seus interesses privados, fazendo contratações ilegais dentro da Carris e sujando o nome da empresa.

Apesar disso, apesar do discurso contrário à Carris e de atos administrativos contrários à Carris, o que nós temos visto não é um aumento do déficit; é a redução do déficit. O que nós temos visto é que a Carris está se comprovando uma empresa viável e ela é necessária para o serviço público de transporte porque, como disseram vários vereadores, ela tem a capacidade de colaborar na regulação do transporte público.

Então, cabe aos vereadores esse apoio ao projeto. Ao contrário do que diz, às vezes, o prefeito Marchezan, nós da oposição, quando há projetos que beneficiam a cidade, nós votamos com o governo; diferentemente do que quer fazer o governo, polarizando a Câmara de Vereadores, fazendo a Câmara de Vereadores perder o seu tempo, deixando de votar projetos importantes para tentar liquidar com uma categoria profissional como a categoria dos guardadores de carros, que são trabalhadores pobres, que garantem o seu sustento com o trabalho difícil. E o prefeito Marchezan quer liquidar com eles. Na verdade, quando a Prefeitura apresenta projetos úteis, nós vamos aprovar; infelizmente, não é a regra. Eu quero chamar a atenção dos vereadores e das vereadoras, portanto...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): ...Obrigado, Ver.^a Mônica Leal, este projeto é de defesa da empresa, mas, ao mesmo tempo, e o Ver. Prof. Alex

Fraga, do PSOL, fez essa consideração na sua intervenção na nossa plenária de segunda-feira, ao mesmo tempo, é um chamado a que não se privatize a Carris, diferentemente do Sr. Michel Costa, que depois de seu nome aparecer nas páginas policiais e de a Procuradoria do Município mostrar que era muito inconsistente a sua situação dentro da empresa, depois que ele pediu demissão, ele disse que a Carris não podia nem ser privatizada, deveria ser fechada. Saiu da empresa, dizendo que ela deveria ser fechada. Pois nós pensamos que a Carris deve ser defendida e se manter pública, portanto não privatizada. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLE nº 019/19.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Cara presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, especialmente nossos servidores da Carris que se encontram conosco nesta tarde e nossos telespectadores aqui da TVCâmara. A nossa centenária Carris, desde 1872! Diziam as autoridades municipais que não se privatizaria a Carris, porque não se teria compradores; e nós, na Comissão de Finanças, da qual sou presidente, recebeu representação do transporte coletivo por ônibus de Porto Alegre, todos trazendo suas preocupações com relação ao transporte público por ônibus em Porto Alegre, dizendo da quase insustentabilidade do sistema, e se percebe que a Carris, além de estar reduzindo drasticamente seu déficit, tem apresentado melhoria em praticamente todas as áreas da atuação da sua gestão e operação.

Hoje estamos aqui para aprovar um projeto que autoriza empréstimos à Carris para renovação da frota. Não vejo como vereadores possam votar contra um projeto que renova a frota da nossa Carris, a empresa do povo de Porto Alegre, que, é sim, parâmetro para todo o transporte. Vou votar favorável ao projeto, vamos votar favoráveis, Ver. Ferronato e Ver. Paulinho Motorista. E quero também dizer que, quem ganha com isso é o porto alegreense, como foi dito, mas quem também ganha com isso é a Carris, pelo que ela vai estar representando em Porto Alegre. E já antecipo também, sou e serei contra a privatização da Carris. Por uma questão de maneira de ver as coisas. Não é essa a ideia de que o serviço público precisa ser extinto, que é o privado que resolve o problema, não é assim! A Carris presta um belo trabalho em Porto Alegre, tem o nosso respeito, nós acreditamos no seu potencial, e repetindo: vamos votar favoráveis ao projeto. Obrigado, um abraço. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLE nº 019/19.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a nossa Presidenta, Ver^a. Mônica Leal, colegas vereadores e vereadoras, público que nos acompanha nesta tarde, de modo especial os trabalhadores, a direção da Carris, servidores públicos, como também todos os guardadores de carro, que estão aqui aguardando ansiosamente a votação do projeto de lei. O projeto que nós estamos em discussão... E quero fazer uma saudação especial a Helen Machado que está aqui no plenário, presidente da Carris. (Lê.): “Art. 1º Fica a Companhia Carris Porto Alegre (Carris) autorizada a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, com a garantia do Poder Executivo Municipal, até o valor de R\$ 40.900.000,00 (quarenta milhões e novecentos mil reais), destinados à Renovação da Frota de ônibus, com substituição de 87 (oitenta e sete) ônibus, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000..” E eu estava conversando há pouco com a Helen, atual diretora-presidenta, e ela dizia que esses 87 ônibus, além de ter acessibilidade, além de ter ar-condicionado, têm também GPS, têm uma qualidade diferenciada e isso mostra, claramente, que é o que o usuário quer em Porto Alegre. Nós temos que ter isso como exemplo para poder contrapor não só a qualidade do transporte coletivo da nossa capital, mas para mostrar aos demais da iniciativa privada que mantém concessão que não é necessário majorar tanto a passagem, não precisa onerar tanto os cidadãos, como tem acontecido com os aumentos das passagens, para poder ter uma gestão enxuta e capaz de mostrar que o transporte coletivo de Porto Alegre é viável. Mais do que isso, este projeto de lei que o governo manda mostra, eu diria, uma visão que hoje sepulta a ideia de privatização da Carris. Eu tenho certeza absoluta que esse movimento, esse projeto acaba de uma vez por todas com aquela ideia de que é preciso privatizar a Carris porque ela não dá certo – uma grande mentira vendida para a sociedade, inclusive, para muitos da base do governo aqui, da Câmara. Há dois anos eu apresentei um projeto de lei aqui na Casa, que teve parecer favorável de todas as comissões, pela não privatização da Carris – hoje, essa ideia está na Ordem do Dia. Fico feliz em saber que agora não tem motivo para alguém votar contrariamente a esse projeto de lei. A nossa indignação maior era porque os grandes empresários ganharam uma infinidade de isenções, inclusive o fim da isenção para os idosos de 60 a 64 anos, e estavam discutindo aqui na Casa o fim ou a redução da meia-passagem para os estudantes, ou a redução ou o fim da passagem para pessoas com deficiência. É lamentável! Nós trabalhamos tantos anos, tivemos tantas lutas para criar determinados, não diria benefícios, direitos para as pessoas se locomoverem e ter acesso ao atendimento médico e a uma infinidade de questões que o cidadão, principalmente de baixa renda, tem dificuldade, e aí tem alguns empresários, lá no Comtu, que só jogam para cima, não olham para o trabalhador. Mais do que isso, a manutenção dos empregos dos trabalhadores da Carris, que, há muito tempo, muitos foram demitidos, o que dá a impressão clara que o governo queria privatizar. Então, eu tenho certeza de que a bancada do PT estará junto nesse processo de apoiar esse empréstimo, apoiar essa grande gestão que a nobre presidente está fazendo. Queira Deus que, no ano que vem, nós possamos dizer que a Carris é superavitária. Um grande abraço e boa sorte!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Conceição está com a palavra para discutir o PLE nº 019/19.

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (DEM): Boa tarde, Presidente, funcionários da Carris que se fazem presentes. Eu quero me dirigir à Sra. Helen Machado, presidente da Carris, com quem estive conversando, juntamente com o nosso líder, o Ver. Pujol. Olhando todo histórico da Carris, se olhássemos daqui para trás, nós hoje certamente não daríamos o apoio que vamos dar. Esta gestão extremamente eficiente tem tirado a empresa Carris da UTI e tem levado a outro lugar, a uma sala de observação, o que dá um prenúncio de que a Carris vai ter dias longos, profícuos e produtivos e de que certamente o transporte coletivo de Porto Alegre vai ser conduzido a um novo tempo de profissionalismo, de bom serviço à comunidade. Olhando nesse prisma, Sra. Helen, a gente quer somar o nosso apoio a essa nova página da história da Carris e do serviço coletivo de transporte em Porto Alegre. Nós queremos manifestar o nosso apoio, vamos dar o nosso voto “sim”, porque temos tido bastante esperança na sua gestão produtiva, nas pessoas que hoje estão tocando o trabalho na Carris. Conte com o nosso apoio, conte com o nosso empenho e conte com o nosso andar junto com vocês para fiscalizar e assessorar naquilo que for possível. Muito obrigado, um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLE nº 019/19.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (MDB): Boa tarde, Presidente, colegas. É interessante que nós possamos refletir. Foi em 1973 a criação da Carris. E se a Carris hoje se encontra da forma em que se encontra é porque todos nós falhamos no meio do caminho. Eu quero cumprimentar a presidente da Carris, a Helen, e toda sua equipe, a diretoria, que têm feito um excelente trabalho.

Quanto ao projeto, é interessante que nós nos demos conta, aqueles que ainda estão em dúvida sobre esse projeto, que nós teremos a renovação de 25% da frota da Carris. A idade média desses 87 ônibus que estão para ser renovados é de quase dez anos de uso. Bom, aqueles que têm o seu carro próprio sabem o quanto é preciso fazer manutenção, tendo um motorista e, no máximo, uma família utilizando aquele carro. Os senhores imaginem o ônibus, que, praticamente, trabalha sete dias, 24 horas, trazendo e levando pessoas para os mais diversos locais de Porto Alegre, pelas mais diversas circunstâncias, seja para ir ao trabalho, à escola, a um posto médico, para um *shopping center*, enfim. Teremos, com a aprovação deste projeto, veículos com maior eficiência, mais moderno, com mais conforto para os passageiros, que tanto reclamam da frota subutilizada. Cem por cento dos veículos, como bem falou aqui o meu colega que me sucedeu, serão equipados com ar-condicionado, com GPS, com acessibilidade e reconhecimento facial, tão importante para a segurança pública. Teremos a redução estimada de manutenção de um ônibus velho para um ônibus novo, já no primeiro ano,

de R\$ 3,5 milhões. E eu diria, presidente Helen, esses R\$ 3,5 milhões que serão economizados por conta da manutenção de ônibus velhos, será o pagamento do novo financiamento de 87 ônibus novos – uma frota totalmente modernizada.

A receita de R\$ 2,4 milhões será também um acréscimo com a venda desses ônibus que hoje poderão ser desativados, a partir do momento em que esse projeto de financiamento for aprovado.

Outra coisa que é interessante que a gente diga, a dúvida de que se esses 87 ônibus vão utilizar apenas uma linha, apenas um local, uma região de Porto Alegre, que fique bem claro que esses 87 ônibus estarão atendendo toda a Porto Alegre, em todas as linhas, ou seja, não beneficiando classe A, B ou C, mas sendo justa, trabalhando como maior eficiência, eficácia para todos os porto-alegrenses.

É importante também falarmos sobre os impactos negativos de não renovar essa frota. Sem 87 ônibus, a Carris perde a participação no mercado, deixando de arrecadar R\$ 42 milhões de receita por ano, ou seja, nós teremos 87 ônibus desativados, pois não poderão estar, no ano que vem, nas ruas, sendo que diminuirão as linhas, sendo que essa receita não vai entrar para a Carris, e a Carris vai ter uma perda desse valor. Um milhão de passageiros por mês, Ver. Pujol, será desassistido ou terá precariedade na assistência, no traslado dentro de Porto Alegre. Eu falei em brasileiros e agora me lembrei, também temos turistas que utilizam as frotas aqui de Porto Alegre. Olha o quão importante é de termos ônibus novos também para bem atender aqueles que vêm conhecer Porto Alegre. A frota antiga, sem o processo de manutenção adequada ao longo da sua vida útil, pode gerar riscos estruturais na operação, sem falarmos nos riscos de segurança para os motoristas, os cobradores e para toda a tripulação que ali está. Além disso, a meta de equilíbrio do resultado econômico-financeiro da Companhia fica comprometida e aumenta a necessidade de aportes da Prefeitura. Deixando claro, a Prefeitura vai ser garantidora desse financiamento, quem vai pagar esse financiamento é a Carris com as operações que ela vai estar fazendo com 87 novos ônibus e com a diminuição da manutenção de ônibus velhos. Aqui trouxe a análise dos indicadores de financiamento, enviado pela diretora-presidente Helen. (Exibe documento.) A Carris está com o menor índice de financiamento desde de 2010. O que proporciona que, se não aprovarmos esse projeto, a Prefeitura terá que custear a perda das receitas, e o impacto financeiro dessa não aprovação será muito maior. Muita obrigada. Pela aprovação do projeto.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLE nº 019/19.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Prezada Presidenta Mônica Leal, meus colegas vereadores, minhas colegas vereadoras, senhoras e senhores; quero cumprimentar cada um e cada uma que estão aqui, nesta Casa, assistindo a esses debates. Venho aqui em nome da minha bancada, a bancada do Partidos dos

Trabalhadores, assim como fez o Ver. Oliboni há poucos minutos, defender este empréstimo para ajudar a qualificar a empresa Carris. Eu cumprimentava a Helen, a diretora-presidente da Carris, e gostaria de falar a ela que a Carris já foi e já ganhou todos os prêmios nacionais como a melhor empresa de transporte público de Porto Alegre. Há muitos funcionários e funcionárias que estão aqui e lembram, Helen, e eu me referi à senhora, porque a Carris, neste momento, vem num processo de recuperação da gestão desastrosa que houve na gestão Fogaça e, principalmente, que quase faliu a Carris, que deixou uma dívida anual de R\$ 70 milhões. Presidenta Helen, quero lhe dizer que gostaria muito que a senhora se espelhasse na gestão da presidenta Cristina Piovesan que fez da Carris, junto com outros que por lá passaram, a melhor empresa pública do transporte público do Brasil. Tem prêmios que ela ganhou. E aqui estão os mapas, que já foram apresentados, que não me deixam mentir. Nos anos de 2009, 2010, 2011, 2012, a Carris chegou a fechar o ano com R\$ 70 milhões de déficit. O que é que foi feito naquele período lá? Isso não pode continuar acontecendo. A gestão pública naquele ano colocou na Carris 50 CCs desnecessários – quase quebrou –, naquele cabide de emprego para botar cabos eleitorais, para poder manter-se na estrutura da Prefeitura de Porto Alegre. Tem que dizer isso, porque a Carris é uma joia da cidade de Porto Alegre, nós temos que proteger a Carris, e eu estou falando para aqueles que não me ouviram falar antes, porque isso eu falei em 2008, eu falei em 2009, eu falei em 2010, falei em 2012. Quando, no início da gestão, Marchezan anunciava que queria privatizar a Carris, cheguei a dizer para a associação dos funcionários: “Se proponham, montem uma cooperativa e assumam a empresa Carris”. No último período, fez-se canibalismo com os ônibus, está lá a sucata dos ônibus, assim como se entregou uma das melhores linhas de Porto Alegre para a iniciativa privada, era o caso da Auxiliadora e outras, que eram linhas superavitárias, deixavam lucro. Hoje a melhor linha que a Carris tem, se não me falha a memória, continua sendo a T11, que liga a Zona Sul ao aeroporto. Existem reivindicações nesta Casa para que nós possamos constituir novas linhas transversais na cidade de Porto Alegre, pensando na empresa Carris. A bancada do Partido dos Trabalhadores votará favoravelmente, pois defende uma Carris eficiente assim como já foi. Presidenta Helen, desejamos que a senhora faça uma gestão como Cristina Piovesan fez, ganhando todos os prêmios nacionais como a melhor empresa de transporte público no Brasil. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir o PLE nº 019/19.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde, vereadoras e vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara, nas galerias, me inscrevo para fazer coro a quem apoia esse empréstimo. Acho que a gente tem que qualificar empresas públicas que vêm dando retorno apesar da corrupção, apesar da roubalheira. A gente sabe que o transporte público da cidade é tricar, trilutado, tridemorado. A gente

que se utiliza dos ônibus para se deslocar na cidade, estamos vendo um investimento, cada vez maior, no transporte individual, nos aplicativos, e, de certa forma, o desmonte do transporte público coletivo. Hoje, a maioria do transporte público da cidade é gerido por empresas privadas, e não por empresas públicas. E esse incentivo ao transporte individual vem fazendo com que fique cada vez mais inviável a mobilidade urbana. Então, é para o investimento numa empresa pública, na Carris, porque, quem usa o transporte da Carris, a considera como a melhor empresa, e que vem sendo escolhida em diversos *rankings* nesse sentido. É pensar um modelo de cidade que, de fato, abarque as demandas da população trabalhadora, da população periférica.

Além de apoiar o empréstimo, acho importante retomarmos uma discussão, que ficou para trás, na época da licitação, que é o valor das passagens antecipadas, que hoje estão dentro de uma conta da ATP, mesmo estando previsto, na licitação de 2014, que esse dinheiro deveria ser revertido para uma conta da EPTC. E esse dinheiro deveria ser utilizado para baixar o valor da tarifa, que hoje é uma das tarifas mais caras do nosso País. Então, são questões que vão ficando para trás, que estão previstas na licitação, enquanto o transporte coletivo público vai ficando cada vez mais desorganizado. É um caos muito refletido, é um caos muito projetado. Então, retomarmos essas discussões hoje, quando apoiamos esse empréstimo de R\$ 30 milhões, é também pensar num projeto de mobilidade urbana, de transporte público, que, de fato, seja público e coletivo, e que dê conta da população trabalhadora da nossa cidade, que só cresce. Era isso.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Convido a Sra. Helen Machado, presidente da Carris, a fazer parte da Mesa.

O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para discutir o PLE nº 019/19.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Presidente Mônica; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, quando este tipo de matéria vem para esta Casa, eu sempre tenho uma posição favorável e um voto favorável, até porque não tem um único prefeito na história desta cidade que não tenha feito empréstimo. Todos os prefeitos desta cidade, desde que Porto Alegre foi fundada, de uma maneira ou de outra, tomaram dinheiro de algum lugar, para financiar as necessidades da cidade. Eu sempre digo que é justo que os governos busquem dinheiro novo para poder investir na qualidade dos serviços que apresenta à sociedade. No caso desse empréstimo, obviamente, são ônibus novos, com acessibilidade, Paulo Brum, o que é importante, e é por isso que também é importante que os cobradores continuem, lincando uma questão com a outra, porque o cobrador não é apenas um cobrador, além de cobrar, ele é o auxiliar direto do motorista, inclusive, para atender à pessoa com necessidade e outras questões.

Eu quero deixar aqui a minha posição em relação ao voto deste projeto. É um voto a favor, a Carris, na verdade, teve, realmente, um prejuízo enorme, e eu faço a mea-culpa, inclusive no nosso governo, e hoje, pelos balanços que se vê, o déficit

diminuiu bastante, e se o déficit diminuiu bastante, há espaço para contrair esse empréstimo, há espaço para honrar esse empréstimo, não tem por que esta Casa não aprovar esse empréstimo que está sendo solicitado pelo governo municipal. Muito obrigado, Sra. Presidente. Menos conversa, Presidente, mais ação! Só conversa!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. João Bosco Vaz, a Presidente estava explicando aqui a questão da empresa.

O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir o PLE nº 019/19.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde a todos os presentes que nos acompanham. Por óbvio, todos aqui sabem do nosso posicionamento favorável ao projeto, mas eu não posso deixar de fazer um agradecimento, em nome da população, à direção da Carris, pelo seu esforço técnico, aos funcionários da Carris que estão presentes aqui. Faço uma homenagem, inclusive, a dois grandes amigos; um, ao saudoso Jorge Ribeiro, o Ligeirinho – que Deus o tenha –, que, cruelmente, foi ceifado da presença de várias pessoas que estão aqui, um funcionário apaixonado da Carris. Alguns interpretarão como uma jogada contra o patrimônio, mas, de público, quero reconhecer que, no momento em que se colocou o interesse técnico, o interesse de transparência, o interesse de gestão acima de interesses, às vezes políticos, eleitorais, partidários, a Carris tem conseguido, através dos seus balancetes, demonstrar a importância da gestão para a população e para o poder público, o respeito ao erário, o respeito aos usuários. Então eu não poderia deixar, já que V. Exa. está aqui, de fazer esse reconhecimento público e também de fazer outro reconhecimento, finalizando as minhas palavras, que achei interessante ouvir vários vereadores da oposição reconhecendo esses resultados e, em nome do governo Marchezan, agradeço os elogios e o reconhecimento que vocês fazem de parabenizar o governo Marchezan e o que tem sido feito através da Helen e de todos os funcionários que lá estão, alguns aqui presentes, e que dão o seu suor, como o nosso colega Álvaro Araújo, que continua lá, diariamente, defendendo a Carris, dirigindo e atendendo os usuários de Porto Alegre. Agradeço o reconhecimento público da oposição ao brilhante trabalho que vem sendo desenvolvido na Carris. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra para discutir o PLE nº 019/19.

VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB): Boa tarde, Presidente Mônica Leal; boa tarde aos vereadores e vereadoras; ao pessoal que nos acompanha nas galerias; a nossa presidente Helen. Como o meu parceiro, Ver. Airto Ferronato, já falou, nós vamos votar a favor do projeto. Eu mesmo trabalhei por 24 anos e sei bem o que é

uma frota quando vai se desgastando. Isso prejudica tanto o motorista que trabalha com o carro bem desgastado, quanto na manutenção. É difícil, Ver. Idenir Cecchim, o ônibus roda muito durante o dia, às vezes, o motorista larga o ônibus no fim da linha, e o outro já pega e sai de novo. É difícil até para a turma da manutenção, para os mecânicos, começa a dar muita manutenção e começa a não dar conta. Chega um carro ali que, às vezes, se precisa para algumas horas depois, quando vê, não fica pronto naquele dia, já é um carro a menos na linha. Com certeza, esses carros que saem da Carris já estão bem desgastados.

Presidenta Helen, quero lhe agradecer, porque, há pouco tempo, precisei de um retorno rápido, liguei para senhora e rapidamente a senhora me deu retorno. Eu sempre falo, sobre os diretores e secretários, que eu detesto quando não vem o retorno. Então, tenho que dar os parabéns, lhe agradeço, agradeço aos funcionários da Carris, ao meu vizinho Marcos. Então vamos votar a favor.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Presidente Helen, diretora da Carris, não poderia ter um testemunho melhor do que a do Ver. Paulinho Motorista. Todos nós falamos, eu entendo de números, mas eu não dirijo nada maior que uma Sprinter. Aqui está alguém que é motorista e que viu, realmente, que prejudica tanto o funcionário quanto quem usa o ônibus. Queria cumprimentá-lo, Ver. Paulinho Motorista, por esse depoimento prático.

VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB): Muito obrigado, Ver. Idenir Cecchim, pelas palavras. Quando um motorista profissional pega um carro que já não está muito bom, está indo para o Centro, está com problema, o motorista faz de tudo para concluir aquela viagem. Um carro que precisa de manutenção, só quem trabalha ali sabe que é um sofrimento, Pablo, é um sofrimento para o cara, pois ele tem que se virar nos trinta para concluir a viagem e não deixar que os passageiros sofram com aquilo, porque o passageiro tem horário para trabalhar, para escola, para consultas e ele precisa de um carro que esteja em condições para poder concluir aquela jornada de trabalho. Eu mesmo fiquei esse monte tempo aí trabalhando, como vocês sabem, e sei o que é passar por dificuldades no trânsito com o carro já meia-boca, como se diz. Isso aí vai ajudar muito os funcionários, os motoristas, como a nossa população que precisa. A gente sempre luta aqui, em todas as linhas, não é só na Carris, nas empresas privadas, a gente luta para que os ônibus estejam em condições, porque eu sempre pensei o lado do meu colega motorista, do meu colega cobrador e dos passageiros que viajavam comigo, que precisavam chegar aos seus destinos.

Também quero aproveitar para falar que hoje houve uma manifestação dos cobradores, ao lado dos quais estou junto, não podemos deixar passar o projeto aqui, na Câmara, para a retirada dos cobradores. São 3.600 cobradores, Bosco, que precisam trabalhar, que não podem parar, ficar desempregados, e mais as famílias que sustentam. Então, eu sou pelo justo, quero que fiquem os cobradores, lutarei até o fim.

Hoje vamos votar a favor deste projeto que é bom para a população, é bom para os nossos funcionários da Carris. Parabéns a vocês, Presidenta, aos funcionários.

Vereador Valter Nagelstein (MDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Paulinho Motorista, eu agradeço o aparte. Eu quero registrar aqui, vereador, que ontem eu recebi a presidente Helen, juntamente com alguns funcionários da empresa e eu fui convencido pelas explicações. Eu tinha manifestado uma posição contrária, mas eu nunca fui uma pessoa intransigente, sempre que é possível o diálogo, eu sempre me dobro quando me convenço das questões. Eu vi que, de fato, a maior prejudicada ia ser a população da cidade, se não houvesse a renovação da frota, e o senhor traz um outro componente humano também que é o trabalhador que está ali na boleia, sobre a importância de ter um ônibus renovado. Acabei falando para a presidente Helen também do meu sentimento com relação a outros modais, como o transporte hidroviário e uma linha circular de trem ou de um monotrilho aqui no Centro da cidade, algo que no futuro, quem sabe, a própria Carris possa pensar quando ela migre do modelo rodoviário, que é o que ela usa hoje, que, aliás, é uma coisa que eu defendo. Mas eu também sou favorável e quero agradecer pelo argumento que o senhor trouxe aqui do ponto de vista do motorista que também é importante. Obrigado.

Vereador Mendes Ribeiro (MDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Paulinho, também quero cumprimentá-lo, sei do teu trabalho e do teu esforço, mas eu queria aqui cumprimentar e agradecer a presidente Helen por estar junto no plenário nesta votação importante, e, como o Valter disse, a conversa veio no ponto-chave, que tirou todas as minhas dúvidas e nós vamos acompanhar a votação deste projeto importante para a Carris, para os funcionários e para a população de Porto Alegre.

VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB): Obrigado. Concluindo, Presidente Mônica, como falaram, isso vai ser muito bom para a nossa população de Porto Alegre que usa a Carris com essas linhas transversais. Este projeto tem que ser aprovado para que contemple a todos. Um abraço para a presidente Helen, para os funcionários, para o pessoal da Carris, cobradores e motoristas, enfim. Sinto-me rodoviário até hoje, com muito orgulho, e continuarei lutando pela minha classe, a qual nunca vou esquecer. Um grande abraço e fiquem com Deus.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para discutir o PLE nº 019/19.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sra. Presidente, colegas vereadores, no momento em que esta Câmara acompanhou o declínio da Companhia Carris Porto-Alegrense, os rombos, o déficit financeiro, eu quero aqui, Dra.

Helen, em nome da sociedade de Porto Alegre, Dra. Helen Machado que está aqui na Mesa, em nome da sociedade porto-alegrense, gostaria de parabeniza-la pelo seu esforço, pelo seu trabalho fundamental na Companhia Carris Porto-alegrense. Esse projeto que nós estamos votando aqui é fundamental para que a Companhia se erga. É importante que ela tenha valor de mercado, é importante que ela seja competitiva, é importante que ela cumpra a sua finalidade, que é trazer conforto aos cidadãos porto-alegrense, seja qual for a destinação que, por ventura, vá ser dada a ela. É importante que ela seja lucrativa, que esteja no azul e que tenha valor de mercado. Isso se deve à presença de uma pessoa que veio da iniciativa privada com a mente arejada, exercendo a direção de uma empresa pública de natureza jurídica privada, mas que presta um serviço essencial à população de Porto Alegre. Eu sempre defendi, colegas vereadores, que a gestão privada e a gestão pública são distintas. Existe uma verdadeira obsessão, hoje, em matéria de gestão que é usar modelos privados de uma forma estática na gestão pública. E não são, absolutamente, incompatíveis, existem princípios e fundamentos da iniciativa privada que podem ser usados no setor público, mas temos de lembrar que o setor público não visa o resultado financeiro, não visa o lucro, mas visa prestar um serviço. Então, o modelo de gestão do setor público é atender a pessoa humano, é atender o cidadão. E o modelo de gestão do setor privado, que é legítimo, que é lícito, que é ético, é o lucro, é o resultado financeiro. Uma empresa privada vende serviços ou produtos para ter lucros, e uma empresa pública não tem a finalidade da exploração econômica, como dizem os artigos 173 e 174 da Constituição, uma empresa pública só pode existir sob o imperativo do bem comum para prestar um serviço público de qualidade.

Então, deixo aqui, cara presidente, os meus parabéns, o nosso orgulho como cidadãos de Porto Alegre e a nossa gratidão também. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito que o Ver. Mendes Ribeiro assuma a presidência dos trabalhos para que eu possa me manifestar.

(O Ver. Mendes Ribeiro assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLE nº 019/19.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Eu gostaria de registrar aqui para os colegas vereadores e vereadoras, mas em especial a dois vereadores: Ver. Ricardo Gomes e Ver. Felipe Camozzato, que há pouco estavam ali conversando comigo. Nós não estamos discutindo aqui a privatização da Carris, nós estamos, sim, falando de uma empresa que está funcionando, e ela precisa estar em boas condições, ela tem que ter um atrativo, ela tem que estar ativa. Eu, olhando os documentos, conversava com a presidente Helen, e talvez até em algum minuto tenha tirado a atenção dela em relação a

algum vereador que estivesse falando, mas não me sobram condições de fazer diferente porque estou comandando a sessão, vejam bem os impactos negativos de não renovar a frota: sem 87 ônibus, a Carris perde a participação no mercado, deixando de arrecadar R\$ 42 milhões de receita por ano; um milhão de passageiros por mês desassistidos ou atendidos com precariedade; frota antiga sem o processo de manutenção adequado, ao longo da sua vida útil, podendo gerar riscos estruturais na operação; custo de manutenção elevado e crescente; sem a remuneração no processo tarifário em 2018, o custo por ônibus chega a R\$ 175 mil por ano, quando era R\$ 163 mil no ano passado; meta de equilíbrio do resultado econômico e financeiro da companhia comprometido; e aumento da necessidade de aporte da Prefeitura. Agora, o que é mais incrível, e eu fiquei impactada com a conversa que tive com a presidente, que, aliás, é um orgulho para a cidade de Porto Alegre. Eu, como jornalista, quero dizer que venho acompanhando o trabalho dela, escuto todas as entrevistas, ela tem conteúdo, ela sabe, ela está empenhada. O que é mais importante nesta questão, além de ter no comando uma pessoa competente, dedicada e rigorosamente focada no dinheiro público, é que a Prefeitura é fiadora deste valor. Ora, se nós não possibilitarmos esses R\$ 41 milhões, nós vamos estar trazendo, sim, um custo futuro para o Executivo, para os cidadãos, e quem vai pagar essa conta é cada um dos senhores.

Nós sabemos que a renovação de 25% da frota, 87 ônibus em 2006, a frota atual está com idade média de 9,8 anos, e dos ônibus que serão substituídos atingirão 14 anos de operação em maio de 2020. Vejam bem, 14 anos os ônibus que transportam milhares de pessoa, a qualquer hora, a qualquer dia, com um trânsito que é um outro problema que nós temos na cidade de Porto Alegre é a mobilidade, é o trânsito intenso. Nós sabemos que isso é de alto risco, 100% dos veículos equipados com ar-condicionado, vocês já imaginaram as pessoas depois de trabalhar o dia inteiro dentro de um veículo, podendo ter ar-condicionado, acessibilidade, GPS, reconhecimento facial. Há uma redução estimada de custo de manutenção de R\$ 3,5 milhão já no primeiro ano, reversão de perdas no ajuste de custo da Câmara, de compensação tarifária, estimativa de R\$ 6 milhões no primeiro ano. Ora, são muitos os benefícios.

Eu faço aqui um apelo aos Srs. Vereadores e às Sras. Vereadoras, que todos nós, neste momento, possamos votar favoravelmente neste projeto pensando no usuário, naquele cidadão que trabalha o dia inteiro e que precisa chegar em casa com segurança e com conforto. É apenas isso que nós temos que fazer neste momento. Nós temos que atender a população. Esse é o compromisso de um vereador no seu juramento. Então faço um apelo ao Ver. Felipe Camozzato e ao Ver. Ricardo Gomes, que votem favoravelmente a este projeto. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(A Ver. Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra para discutir o PLE nº 019/19.

VEREADOR LUCIANO MARCANTÔNIO (PTB): É com muito orgulho que venho a esta tribuna falar sobre esta questão importantíssima para o futuro da Carris, que é uma empresa que há décadas presta um enorme serviço de qualidade para o cidadão de Porto Alegre. Eu assumi como secretário de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, em 6 de abril de 2018, onde eu tive a alegria de trabalhar ao lado da Helen, presidente da Carris, e vi todo o esforço dela, da sua diretoria e também a colaboração dos funcionários para sanar o enorme déficit da Carris. A Carris, capitaneada pela Helen, estava no organograma da Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, onde tivemos reuniões semanais, quando vi o esforço dela apresentando planilhas, como poderia reduzir custos. Olha, Helen, tu fizeste uma revolução positiva na Carris. Aquela ideia de que a Carris é deficitária, que pode criar crise no sistema de transporte coletivo de Porto Alegre, graças ao apoio que tu tiveste dos funcionários, da tua diretoria, tu tiraste toda essa ideia equivocada da cabeça da classe política, das próprias empresas concessionárias e, principalmente, da população de Porto Alegre que tem tanto carinho pela Carris.

Quero deixar aqui, funcionários e servidores da Carris, Helen e diretoria, a mensagem, em nome da nossa bancada do PTB, do nosso líder Paulo Brum, do nosso eterno presidente da Casa, Cassio Trogildo, do querido Dr. Goulart, de que nós vamos votar a favor do projeto. Vida longa à Carris!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLE nº 019/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 30 votos **SIM** e 02 votos **NÃO**.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Ver.^a Mônica Leal, meu voto é “não”, pelos motivos apresentados na tribuna, muito embora eu considere que o projeto é relevante.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sra. Presidente, já vi a aprovação, sabíamos de antemão que passaria, conversamos com os colegas, sabemos da importância da renovação da frota. Votei “não” apenas com um protesto que gostaria de deixar registrado, porque, em 2017, nós votamos aqui um projeto que estendeu a idade desses ônibus. Esse empréstimo para comprá-los poderia ter sido tomado em 2017, sem precarizar o serviço à população e, especialmente, sem deixar que essa entrega ocorresse justamente em ano eleitoral, o que me parece fazer parte da estratégia que foi formulada. É apenas um protesto, mas entendo a relevância operacional para a empresa.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Ricardo Gomes, o senhor pode fazer por escrito essa declaração de voto.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Sra. Presidente, vou fazer por escrito. Quero dizer que tinha uma posição de votar “não”; a partir da conversa com a diretora-presidente, mudei o meu entendimento. Pela questão do interesse público, a empresa não pode parar. Se a empresa para, quem paga são aqueles que dependem do transporte coletivo, especialmente aqueles que dependem das linhas atendidas pela Carris. Só quero dizer que continuo com minha posição de que toda empresa pública que é deficitária não deve existir ou continuar existindo. Ela precisa ser superavitária. Continuo com a posição de que o Município tem que explorar outros modais, como o modal hidroviário, por exemplo. Quero dizer que concordo com o Ver. Ricardo Gomes: essa medida poderia ter sido tomada há dois anos, não precisava ter sido tomada agora. Sendo tomada agora, soa como gesto eleitoreiro de fazer alguma coisa no ano da eleição. Obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Gostaria de fazer um registro para que não fique mal-entendido: a Prefeitura não tinha crédito nesses primeiros dois anos, por isso não conseguiu tomar essa atitude.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Presidente, quase não se faz necessária a minha fala, porque eu ia falar exatamente isso. Em 2017, tanto a Carris quanto a Prefeitura de Porto Alegre não tinham condições de fazer financiamento. Com as reformas estruturantes que foram feitas no Município de Porto Alegre, graças ao voto dos Srs. Vereadores, hoje é possível que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre execute esses financiamentos, por isso só agora isso está sendo feito. Muito obrigado. Parabéns, Helen, servidores e funcionários da Carris.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Parabéns aos cidadãos porto-alegrenses.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Presidente, eu só queria fazer um pedido para os liberais – eu também sou liberal, mas não sou tão liberal assim – que, quando forem pedir a privatização da Carris, não peçam para o passivo ficar com o Município.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro, Ver. Idenir Cecchim.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (MDB): Presidente, não é sobre a pauta da Carris, mas eu gostaria de deixar consolidado no dia de hoje, uma Moção de Solidariedade que os 36 vereadores assinaram, todos são autores dessa Moção de Solidariedade aos policiais militares e Bombeiros do Rio Grande do Sul, pelos projetos de alteração do plano de carreira dos servidores de segurança pública, esses que são os agentes da segurança pública, que doam as suas vidas para salvaguardar o povo rio-grandense. Então eu quero agradecer a todos os 36 vereadores que, com muita

sensibilidade, assinaram essa Moção de Solidariedade, e Porto Alegre ganha, com certeza, e todo o Rio Grande do Sul. Muito obrigada, colegas.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro, Ver.^a Comandante Nádia.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB) (Requerimento): Presidente, eu quero fazer um requerimento solicitando a interrupção da sessão por cinco minutos, para que possamos reunir os vereadores que votaram a favor da moção, fazer um registro e encaminhar a V. Exa. a moção da Câmara Municipal, com a assinatura da grande maioria, de apoio à alteração da Constituição Federal, em razão da prisão de condenados em segunda instância. Então, estou lhe solicitando a interrupção da Sessão por cinco minutos, a produção de uma imagem e a entrega à V. Exa. da moção.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h33min.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 16h37min: Estão reabertos os trabalhos.

Aprego o PLL nº 239/19, de autoria do Ver. Cláudio Janta.

Aprego e defiro o Requerimento de autoria do Ver. José Freitas, solicitando o destaque da Emenda nº 04 e da Subemenda nº 01 à Emenda nº 04 ao PLCE nº 012/19.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Eu recebi uma informação de vereador da base do governo de que seria retirada a urgência de votação do projeto. Vossa Excelência tem alguma informação?

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Mesa não recebeu isso ainda.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Presidente, existe uma medida provisória que revogou a lei que criou a profissão em 1975. A pergunta é legislativa, se nós podemos dar continuidade à tramitação deste processo que trata justamente de regulamentar algo que, neste momento, não está existindo. A avaliação também é do ponto de vista legislativo. Pode ser até que a medida provisória, daqui a 90 dias, não passe no Congresso, mas hoje ela tem eficiência e eficácia. Eu creio até que possa haver um dispositivo da tramitação legislativa que interprete que não se pode continuar avaliando este projeto de lei neste momento.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Cassio, conforme orientação jurídica – no que o senhor esteve aqui falando conosco, nós solicitamos orientação

jurídica –, a lei municipal continua em vigor, e o fato de a medida provisória revogar a lei não proibiu esta atividade. Essa é a orientação jurídica da Casa, e eu vou segui-la.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Presidente, na verdade, eu concordo plenamente com a senhora e com a orientação jurídica que a senhora está recebendo, porque o que vai ser votado no Congresso, a medida provisória, ela fala da lei, da regulamentação de uma lei. E nós aqui estamos falando de uma atividade. A atividade pode ser exercida mesmo sem ter uma profissão. É uma atividade, na verdade nós estamos proibindo a atividade no Município de Porto Alegre, independente de lei de profissão. Nós estamos proibindo a atividade.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Exatamente isso, Vereador. Obrigada.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0443/19 – PROJETO LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 012/19, que proíbe a atividade de guardador autônomo de veículos automotores – flanelinhas – em vias e logradouros públicos do Município de Porto Alegre e revoga o inc. XXX do *caput* do art. 18 da Lei Complementar nº 12, de 7 de janeiro de 1975; a Lei nº 5.738, de 7 de janeiro de 1986; e a Lei nº 6.602, de 7 de maio de 1990.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Adeli Sell: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- com Emendas nºs 01, 02, 03, 04 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 04;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 30-10-19 por força do art. 95 da LOM;
- discutiram a matéria os Vereadores Adeli Sell, Prof. Alex Fraga, João Bosco Vaz, Airto Ferronato, Professor Wambert, Roberto Robaina, Valter Nagelstein, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Idenir Cecchim, Mendes Ribeiro e Cassiá Carpes em 11-11-19.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLCE nº 012/19. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Obrigado, Presidente Mônica. Boa tarde a todos e todas, aos que estão aqui nos acompanhando. Inicia-se o primeiro projeto, nesta tarde, porque não estou aqui há muito tempo, mas nunca tinha me dado conta que um empréstimo poderia levar quase uma tarde inteira de discussão, um empréstimo sobre o qual havia consenso. Então, saúdo esse debate sobre a mobilidade urbana e sobre a importância da Carris. Mas, de fato, quero saudar os guardadores e guardadoras, seus familiares, e esta é a segunda ou terceira tarde em que comparecem aqui, que participam de reuniões. Estão aqui o Júlio e tantos outros, e me parece, até diante dessa medida provisória do Presidente Bolsonaro, que quer proibir a existência dos guardadores, de prudência ainda maior que o Governo retire o projeto ou, pelo menos, a sua urgência.

Vejam, há uma discussão jurídica, e o Ver. Airto Ferronato está coordenando esse debate, tem sido muito ativo e a ele peço orientação. Acho que o mínimo de prudência que o Governo pode ter agora é retirar a urgência desse projeto, até pela medida provisória, que foi publicada ontem. Acho que, inclusive, os vereadores da base do Governo, com as dúvidas levantadas aqui pelo Ver. Cassio Trogildo, que são pertinentes, bem como as levantadas pelo Ver. Mauro Pinheiro, mais a posição da Diretoria Legislativa, do Sr. Luiz Afonso, constata-se que, efetivamente, há uma dúvida jurídica. E nós, aqui, vamos votar – e tanto faz se “sim” ou “não” – sem sequer sabermos se a nossa votação terá sentido ou não. Parece-me muito razoável, para não dizer totalmente acertado, que paremos essa discussão, mas depende de o líder do governo ter essa orientação, de retirar a urgência. Vamos aguardar para ver o que acontece. Porque, independente do que se votar aqui, os senhores têm uma profissão, estão organizados em associações, em sindicatos.

O sindicato de vocês é de 1984 - se não me engano -, um dos mais antigos aqui da cidade. Essa confusão que o prefeito quer criar entre aquele sujeito que abusa, efetivamente, na hora em que a pessoa estaciona e cobra um valor e ameaça, não tem nada a ver com as pessoas que estão aqui, organizadas, que são guardadores, aquele que o motorista entrega a chave, estaciona, ou seja, há uma relação de confiança de muitos anos. Mas o que Marchezan quer fazer? Quer jogar para a torcida, ele quer dizer para a sociedade que agora terminou esse cara que extorque. Está aqui o secretário Rafão, que sabe muito bem que há, realmente, as pessoas que abusam e que estão cometendo um crime, mas colocar todo mundo no mesmo saco é um grande problema, e esta lei, se aprovada, vai empoderar aquele cidadão que não consegue diferenciar quem trabalha certo e quem trabalha errado, e vai haver uma repressão contra vocês, geral.

Então, logicamente, nós somos contrários a esta lei porque ela é criminalizadora, e criminalizadora da pobreza. Agora, com esse fato novo, um fato de ontem, requer toda cautela do governo, e a cautela do governo é retirar este projeto, retirar a urgência e retirar o próprio projeto. O Ver. Airto aqui nos orienta, eu acho que os vereadores podem, perfeitamente, mesmo aqueles que estavam inclinados a votar favoravelmente até 24 horas atrás, ter cautela e prudência, porque agora tem um fato novo, e esse fato novo requer ainda mais cuidado. Então é por aí. Vamos à luta, e se

tiver que votar, terão o voto contrário nosso, de vários vereadores que estão sensíveis e compreendem que não dá para ficar jogando para a torcida. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem de priorização para que possamos passar, imediatamente, à discussão e votação do PLCE nº 005/19. Após retornamos à ordem normal.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB): Presidente, eu só quero chamar a atenção dos colegas vereadores que, se a gente ficar nessa questão de requerimentos, inversão da pauta, sendo que o que foi discutido hoje na reunião de líderes é que nós temos as homenagens para votar, não vai dar tempo de alguns vereadores fazerem as homenagens já marcadas. Temos que tomar cuidado com isso.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Prof. Alex Fraga, o Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) Dezesete **SIM**. Declaro nula a votação por falta de quórum deliberativo.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 16h52min: Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0481/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 044/19, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre ao senhor José Teixeira de Brito.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0308/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 141/19, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que tomba o imóvel localizado na Rua General João Telles, 317, Bairro Bom Fim, sede da Sociedade Italiana do Rio Grande do Sul.

PROC. Nº 0482/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 217/19, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que denomina Rua Regina Flores de Souza o logradouro público

cadastrado conhecido como Rua Quatro – Loteamento dos Ferroviários –, localizado no Bairro Humaitá.

PROC. Nº 0515/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 226/19, de autoria do Ver. Paulo Bum, que altera a ementa, o art. 1º e o art. 2º e inclui parágrafo único no art. 1º, todos na Lei nº 7.591, de 10 de janeiro de 1995, e alterações posteriores, obrigando os estabelecimentos comerciais com mais de 1.000 m² (mil metros quadrados) de área construída a manter, no mínimo, 4 (quatro) cadeiras de rodas manuais e 2 (duas) cadeiras de rodas motorizadas à disposição de seus clientes.

PROC. Nº 0520/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 229/19, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, que revoga a Lei nº 11.746, de 19 de dezembro de 2014 – que obriga os bares, os restaurantes e os estabelecimentos similares a conceder desconto especial ou a oferecer prato especial de porção reduzida às pessoas que tenham realizado cirurgia bariátrica ou outra gastroplastia para redução do estômago.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h53min.)

* * * * *